

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Gabriela Hoffmeister

**TEORIA DO BEM-ESTAR TRADICIONAL E SENIANA:  
DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES DO COMPORTAMENTO HUMANO E  
EFICIÊNCIA ECONÔMICA**

Florianópolis

2019

Gabriela Hoffmeister

**TEORIA DO BEM-ESTAR TRADICIONAL E SENIANA: DISCUSSÃO DAS  
HIPÓTESES DO COMPORTAMENTO HUMANO E EFICIÊNCIA ECONÔMICA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientadora:** Prof. Dr. Solange Regina Marin

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Hoffmeister, Gabriela  
TEORIA DO BEM-ESTAR TRADICIONAL E SENIANA : DISCUSSÃO  
DAS HIPÓTESES DO COMPORTAMENTO HUMANO E EFICIÊNCIA ECONÔMICA  
/ Gabriela Hoffmeister ; orientador, Solange Regina Marin,  
2019.  
51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,  
2019.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Bem-estar econômico. 3.  
Amartya Sen. 4. Comportamento Humano. 5. Eficiência  
Econômica. I. Regina Marin, Solange. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas.  
III. Título.

Gabriela Hoffmeister

**TEORIA DO BEM-ESTAR TRADICIONAL E SENIANA: DISCUSSÃO DAS  
HIPÓTESES DO COMPORTAMENTO HUMANO E EFICIÊNCIA ECONÔMICA**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Gabriela Hoffmeister na disciplina  
CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 10 de Julho de 2019.

---

Prof. Daniel de Santana Vasconcellos, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Solange Regina Marin, Dra.  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Daniel de Santana Vasconcelos, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Pablo Felipe Bittencourt Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha amada família,  
Mara B. M. Hoffmeister,  
Omar H. Hoffmeister e  
Gustavo Hoffmeister.

## RESUMO

O tema bem-estar econômico refere-se aos diferentes modos de distribuição, conforme nível de utilidade dos agentes econômicos, visando a alcançar alocações de recursos socialmente eficientes. A teoria econômica do bem-estar tradicional discute o tema a partir da agregação do bem-estar dos agentes que compõem a sociedade, relacionando o espaço das utilidades com ênfase na renda, riquezas ou bens. Amartya Sen amplia o estudo do bem-estar apresentando uma necessidade de reaproximar a economia da ética. No presente trabalho, o problema visa a discutir como a abordagem ética apresentada pelo economista Amartya Sen pode modificar as hipóteses do comportamento humano e da eficiência econômica na teoria do bem-estar tradicional. Para responder a esse problema, o trabalho percorrerá uma análise bibliográfica da teoria econômica do bem-estar tradicional e de alguns estudos do economista Amartya Sen, que trazem diferentes pontos de análise da eficiência econômica e comportamento humano, no primeiro inserindo a distinção entre os aspectos do bem-estar e os aspectos da condição de agente e no segundo amplia as interpretações de utilidade e liberdade dado seu valor intrínseco. Considera-se que as contribuições de Amartya Sen se desviam das teorias tradicionais, simplificadoras da realidade, pois buscam considerar a multiplicidade de categorias eticamente relevantes ao estudo do bem-estar. Faz-se necessária a evolução do estudo econômico do bem-estar para gerar aprimoramentos das hipóteses das teorias precedentes.

**Palavras-chave:** Bem-estar econômico. Amartya Sen. Comportamento Humano. Eficiência Econômica.

## ABSTRACT

The economic well-being is a field of study that comprises the different means of distribution according to the utility of the economic agents, aiming to efficiently allocate social resources. The traditional economic well-being theory discusses this subject by analyzing the aggregation of the well-being of the agents that compose society and the role of utilities emphasizing on income, riches and assets. Amartya Sen broadens the studies on well-being by presenting the necessity to reconnect economics and ethics once again. The present aims to discuss how the ethic approach presented by the economist Amartya Sen can change the hypothesis of the human behavior and economic efficiency in the traditional well-being theory. To answer this question, this essay will go through a bibliographic analysis of the traditional well-being theory as well as some studies written by Amartya Sen, which bring different points of view on economic efficiency and human behavior, introducing the distinction between well-being aspect and agency aspect in the former and expanding the interpretations of utility and freedom being considered not only by it's instrumental value, but also by it's intrinsic value. It's understood that Amartya Sen's contributions deviates from the traditional reality-simplifying theories, since it aims to consider the plurality of categories that are ethically relevant to the study of well-being. Therefore, the development of the studies on the economic well-being are necessary to improve the hypothesis that already exist.

**Keywords:** Well-being 1. Amartya Sen 2. Human behavior 3. Economic efficiency 4.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alocação eficiente de Pareto .....	20
Figura 2 - Alocação de Equilíbrio .....	21



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jogo Dilema dos Prisioneiros.....	36
Quadro 2 – Comparação das visões seniana e tradicional.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

ONU Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>TEORIA ECONÔMICA DO BEM-ESTAR TRADICIONAL.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Comportamento humano e eficiência econômica .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>MULTIPLICIDADE DE CATEGORIAS ETICAMENTE RELEVANTES DO BEM-ESTAR: UMA PROPOSTA SENIANA.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Liberdade para realizar funcionamentos relevantes .....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>Condição de agente e condição de bem-estar.....</b>	<b>33</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E BEM-ESTAR.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1</b>	<b>Bem-estar seniano e bem-estar tradicional .....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
	<b>ANEXO A – GLOSSÁRIO.....</b>	<b>52</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O tema bem-estar econômico refere-se aos diferentes modos de distribuição, conforme nível de utilidade dos agentes econômicos, visando a alcançar alocações de recursos socialmente eficientes. A economia do bem-estar na ciência econômica está inserida no estudo microeconômico (VARIAN, 2006). A microeconomia trabalha “de baixo para cima” para mostrar como os participantes econômicos individuais, perseguindo seus próprios interesses, determinam de forma coletiva como os recursos são usados, conforme Krugman (2010).

Na vertente tradicional de estudo do bem-estar econômico destacam-se os autores: Marie-Esprit Léon Walras (1834-1910); Vilfredo Pareto (1848-1923); Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926); William Stanley Jevons (1835-1882), entre outros. Discutem que - dadas as condições gerais de equilíbrio - atingir modos de distribuição da utilidade individuais, por meio da agregação do bem-estar dos agentes que compõem a sociedade, relacionando o espaço das utilidades focalizadas nas rendas, riquezas ou bens.

No entanto, a vertente tradicional negligencia a abordagem ética no estudo do bem-estar. Nesse sentido, a análise econômica do bem-estar pode ser substancialmente enriquecida quando somada a uma abordagem ética (Sen, 1999). Amartya Sen (2001) insere no debate a distinção entre os aspectos do bem-estar e os aspectos da condição de agente; a visão de bem-estar não sendo limitada das interpretações de utilidade (felicidade, satisfação desejos); e a liberdade de uma pessoa valorizada por seu valor intrínseco e não apenas instrumental na análise.

O questionamento que guia este trabalho é: Como a abordagem ética dos estudos de Amartya Sen modificam as hipóteses de comportamento humano e eficiência econômica na teoria do bem-estar tradicional? Para responder a esse problema, serão discutidas as hipóteses do comportamento humano (princípio da otimização e princípio do equilíbrio) e do critério de eficiência econômica (no sentido de otimalidade de Pareto) presentes na Teoria Econômica do Bem-Estar tradicional, em seguida, é apresentada a abordagem ética do estudo de Amartya Sen e, por fim, será elaborada uma análise comparativa das duas vertentes.

A referente pesquisa será desenvolvida como uma pesquisa bibliográfica. Os dados são obtidos por fontes bibliográficas sobre determinado assunto, com um levantamento realizado em base de informações diversas, com o objetivo de desenvolver o tema proposto.

Foi efetuada uma revisão das publicações na área econômica, consultadas as bases de dados *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e *Scielo*, consulta em manuais de microeconomia e nos principais livros e artigos de Amartya Sen.

Essa monografia é composta por três capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo será apresentada a Teoria Econômica do Bem-estar tradicional com foco nas hipóteses de comportamento humano e eficiência econômica. No terceiro capítulo, são descritas as contribuições de Amartya Sen para o estudo da economia do bem-estar, por meio de uma abordagem ética. E, por último, no quarto capítulo, será feita uma análise comparativa dessas abordagens e teorias, apontando as modificações que ocorrem no estudo do bem-estar econômico, ou seja, como o tema das considerações éticas levantadas por Amartya Sen afeta as hipóteses do comportamento humano (racionalidade e maximização), o critério eficiência econômica (no sentido de otimalidade de Pareto) e o que modifica, por consequência, na avaliação econômica da teoria economia do bem-estar tradicional.

## 2 TEORIA ECONÔMICA DO BEM-ESTAR TRADICIONAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar a Teoria Econômica do Bem-Estar Tradicional, suas hipóteses do comportamento humano (princípio da otimização e princípio do equilíbrio) e do critério eficiência econômica (no sentido de otimalidade de Pareto), com base nos estudos dos principais autores: Marie-Esprit Léon Walras<sup>1</sup> (1834-1910); Vilfredo Pareto<sup>2</sup> (1848-1923); Francis Ysidro Edgeworth<sup>3</sup> (1845-1926); William Stanley Jevons<sup>4</sup> (1835-1882).

Conforme Krugman (2010) a microeconomia é a parte da ciência econômica que estuda a partir da perspectiva dos agentes individuais (empresas e consumidores), considera o modo de fazer o melhor uso possível dos recursos produtivos escassos do mundo em um determinado período. A microeconomia trabalha “de baixo para cima” para mostrar como os agentes econômicos individuais, perseguindo seus próprios interesses, determinam de forma coletiva como os recursos escassos serão usados (KRUGMAN, 2010).

A economia do bem-estar na ciência econômica está inserida no estudo microeconômico. Segundo Varian (2006), a economia do bem-estar visa a identificar diferentes modos de distribuição da utilidade entre os agentes, por meio da agregação do bem-estar individual dos agentes que compõem a sociedade.

Para haver um avanço no desenvolvimento do estudo econômico, Varian (2006) afirma que é necessário a elaboração de modelos de fenômenos sociais que traçam hipóteses simplificadoras e eliminam detalhes irrelevantes, para que o estudo fique centrado nas características essenciais da realidade econômica que visa a compreender.

---

<sup>1</sup> Marie-Esprit Léon Walras (1834-1910): “nasceu em Évreux, [...], filho de AntoineAuguste Walras e de Louise-Aline de Sainte-Beuve. Walras é uma dessas personalidades cujo caráter controverso deixa tarefa árdua para quem tenta capturar em poucas palavras a natureza de sua contribuição para o desenvolvimento da Economia como ciência e como instrumento relevante para melhor compreender o funcionamento de uma sociedade moderna.” (WALRAS, 1996, p.5)

<sup>2</sup> Vilfredo Pareto (1848-1923), “Economista e sociólogo italiano, [...] é considerado um dos fundadores da moderna ciência econômica. Criou, entre outros tantos trabalhos teóricos, os conceitos de ‘ótimo’, ‘ofelividade’ e a chamada ‘lei de Pareto’. Autor de uma vasta e fecunda obra, escreveu sobre as mais diversas questões econômicas e sociais.” (PARETO, 1987)

<sup>3</sup> Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926): foi um economista Britânico, professor na Universidade de Oxford e com grande influência no estudo Microeconômico.

<sup>4</sup> William Stanley Jevons (1835-1882), “nasceu em Liverpool, Inglaterra [...] inicialmente estudou física e matemática. Entre os anos de 1854 e 1857 morou em Sidney, na Austrália. Retornando à Inglaterra, passou a estudar filosofia e moral, posteriormente ensinou lógica e economia em Manchester (1863-76), período em que publicou a primeira edição da ‘A Teoria da Economia Política’. Por fim, foi professor de economia na London University College (1876-81).” (JEVONS, 1983, p.5)

Este primeiro capítulo visa a compreender a teoria do bem-estar tradicional, que tem base na análise da mecânica da utilidade e do auto interesse. Autores como “Menger, Jevons e Walras contribuíram para tornar a economia uma ciência dedutiva. Contudo, é o uso da matemática, defenderam Jevons e Walras, que permite o teste e a avaliação da teoria do valor” (MARIN, QUINTANA, 2006, p. 122). Compreender como ocorre o desenvolvimento de modelos econômicos para em seguida avançar no estudo econômico da teoria do bem-estar tradicional é relevante.

O desenvolvimento de modelos na teoria econômica, segundo Varian (2006), deriva de fenômenos sociais, na busca de compreender a realidade, por meio de sua representação simplificadora. Essa simplificação ocorre por meio da eliminação de detalhes irrelevantes, que são as variáveis exógenas determinadas por fatores não discutidos no modelo. Os modelos simplificadores permitem o estudo das características essenciais que a realidade econômica procura compreender, essas características são determinadas no modelo por meio das variáveis endógenas (VARIAN, 2006).

Economistas elaboram modelos que, na maioria dos casos, aplicam-se a um caso especial de análise, devido à limitação de analisar a economia como um todo (VARIAN, 2006). “A ênfase aqui está na palavra ‘simplificadora’. Imagine como seria inútil um mapa de escala 1:1. O mesmo é válido para um modelo econômico que tente descrever todos os aspectos da realidade” (VARIAN, 2006, p. 1). Da mesma maneira, Pareto (1987) afirma que é possível propor problemas particulares de estudo e procurar a sua solução a fim de passar, em seguida, a pesquisas posteriores.

Com a teoria econômica do bem-estar tradicional ocorre o mesmo movimento, a elaboração do modelo ocorre com hipóteses simplificadoras da realidade, em um segundo momento, se mantida a sua validade para a análise econômica, compõem um modelo mais amplo de estudo dos fenômenos sociais e econômicos. A seguir, busca-se compreender as hipóteses que formam a teoria econômica do bem-estar tradicional, como a hipótese do comportamento humano e do critério de eficiência econômica.

## **2.1 Comportamento humano e eficiência econômica**

A hipótese do comportamento dos seres humanos, no estudo microeconômico é realizado, com frequência, com base em uma estrutura que é:



[...] baseada nos dois princípios simples que se seguem: **O Princípio de otimização:** As pessoas tendem a escolher o melhor padrão de consumo ao seu alcance. **O princípio de equilíbrio:** Os preços ajustam-se até que o total que as pessoas demandam seja igual ao total ofertado. (VARIAN, 2006, p. 3, grifos do autor)

O primeiro princípio de otimização, conforme Varian (2006), fora do domínio do comportamento econômico pode encontrar exceções, mas, em geral, as pessoas são livres para escolher. É razoável supor que os indivíduos escolhem as coisas que desejam, em vez das que não querem (VARIAN, 2006). O princípio de otimização é reflexo das contribuições de pensadores do século XVIII; as “ideias convergiam para noções práticas [...] elas forneciam um fundamento intelectual satisfatório para os direitos de propriedade e liberdade do seu titular fazer o que desejasse consigo e com o que era seu.” (KEYNES, 1978, p. 107).

O princípio de otimização converge para noções práticas e a utilidade de um indivíduo será determinada pelas quantidades de bens consumidas por ele. “O processo de tomada de decisão individual pela utilidade do bem é o tema da Revolução Marginalista de 1871-1874 conduzida por W. S. Jevons, C. Menger e L. Walras” (MARIN, QUINTANA, 2006, p.117, grifo do autor.) É tarefa difícil mensurar a tomada de decisão individual por uma unidade de prazer ou sofrimento (utilidade do bem), mas segundo Jevons (1983):

[...] o montante desses sentimentos que está nos induzindo a comprar e vender, tomar emprestado e emprestar, trabalhar e repousar, produzir e consumir; e é a partir dos efeitos quantitativos dos sentimentos que devemos estimar seus montantes comparativos. Não podemos conhecer ou medir mais a gravidade em sua essência do que podemos medir um sentimento; mas, assim como medimos a gravidade pelo efeito sobre os movimentos de um pêndulo, também podemos estimar a igualdade ou desigualdade dos sentimentos pelas decisões da mente humana. A vontade é nosso pêndulo, e suas oscilações são minuciosamente registradas nas listas de preços dos mercados.

Jevons (1983), em sua teoria da mecânica da utilidade e do interesse individual, não tenta estimar o prazer total obtido ao comprar uma mercadoria, mas anuncia que quando um homem comprou o suficiente obteria tanto prazer da posse de uma pequena quantidade adicional quanto do preço monetário da mercadoria.

Esse método dedutivo parte de alguns axiomas, como por exemplo, que o ganho maior é preferido a um menor. A partir dessa hipótese “podemos deduzir as leis da oferta e da procura, [...] o valor, e todos os intrincados resultados do comércio, desde que os dados estejam disponíveis”. (JEVONS, 1983, p. 36). Adota-se, no estudo do bem-estar, o princípio de

otimização que possui critério individualista (e utilitarista<sup>5</sup>) divergente do utilitarismo moral. O utilitarismo moral inclui efeitos sobre a felicidade dos indivíduos, partindo de critérios de certo ou errado, divergente do critério utilitarista proposto no estudo bem-estar tradicional (JEVONS, 1983).

O segundo princípio, que estrutura a base para explicação do comportamento dos seres humanos (agentes econômicos) na microeconomia, é o princípio de equilíbrio. Conforme salienta Varian (2006), é importante observar que a definição de equilíbrio utilizada neste modelo, que também é base para outras teorias, pode ser divergente em outros modelos.

Neste modelo, de um mercado competitivo, será adequado o princípio de equilíbrio que deriva da igualdade entre os vetores de ofertas e demandas líquidas desejadas. Esse equilíbrio de igualdade entre oferta e demanda parte da visão de economistas clássicos, como Jean-Baptiste Say (1767-1832) e David Ricardo (1772-1823), os quais afirmam que a oferta cria sua própria procura (ou demanda), ou seja, o “total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto”. (KEYNES, 1982, p. 34).

O modelo de equilíbrio geral determina os preços e as quantidades em todos os mercados simultaneamente, diferente da análise de equilíbrio parcial, quando um mercado causa pouco efeito ou nenhum sobre outros mercados. “Na prática, não é viável desenvolver uma análise completa de equilíbrio geral que leve em conta os efeitos de uma mudança ocorrida em determinado mercado sobre *todos* os demais mercados.” (PINDYCK, 2013, p. 590, grifo do autor). Com isso, a análise fica restrita a alguns mercados relacionados entre si, porém, isso não torna o modelo menos relevante, apenas aplica-se a um caso especial de análise, devido à limitação teórica de analisar a economia como um todo, conforme salientado no início deste capítulo.

O equilíbrio, neste modelo, é a condição de funcionamento da economia e respeita a Lei de Walras que afirma: em qualquer vetor de preços ( $p$ ) as demandas excedentes agregadas ( $z$ ) serão nulas. Ou seja, “dizer que o valor da demanda agregada é idêntico a zero significa que ele é zero para *todas* as escolhas de preços possíveis, não apenas para os preços de equilíbrio” (VARIAN, 2006, p. 613, grifo do autor). A igualdade de oferta e demanda é sempre determinada pelo vetor de preços neste modelo de equilíbrio. A análise do modelo de equilíbrio,

---

<sup>5</sup> “O objetivo do utilitarismo clássico é maximizar a soma da utilidade, independente da distribuição e, para isso, a utilidade marginal de todos os indivíduos deve ser igualada” (NEUBERGER, 2014, p. 170) Conforme Varian (2006) a utilidade do consumidor é um modo de descrever as preferências, e na função utilidade é atribuído um número a cada possível cesta de consumo, de modo a ordenar às cestas preferidas com números maiores e números menores as menos preferidas.

conforme Varian (2006), descreve um mercado competitivo de trocas reais que tanto consumidores como produtores considerarão os preços como dados e otimizarão com base nisso. Se o preço de mercado dado não for um valor de equilíbrio, ocorrerá ao longo do tempo mudanças nos preços, fazendo convergir para o equilíbrio, gerando um efeito *feedback*. “Um efeito de *feedback* é um ajuste de preço ou de quantidades em mercados relacionados” (PINDYCK, 2013, p. 590).

Os ajustes nos preços que fazem convergir para o equilíbrio são feitos por mecanismos de disseminação de informação e organização de transações, de forma que os agentes conheçam os preços prevalecentes no mercado dentro do equilíbrio e fora de equilíbrio (VARIAN, 2006). Nenhum agente realizará trocas fora do ponto de equilíbrio determinado pelo modelo. Nos “mercados competitivos [...] cada comprador e cada vendedor considera os preços dos bens como fixos e decidem quando adquirirão ou venderão por esses preços.” (PINDYCK, 2013, p. 601). Preços são grandezas que podem ser medidas.

[..] o valor de uso é um juízo pessoal de importância do bem. Só existe na consciência individual. Por isso, o ato de valorizar utilidade é subjetivo e só pode originar uma grandeza subjetiva. Diferente é o caso dos preços, [...] que são grandezas passíveis de medição. (MENGER *apud* MARIN, QUINTANA, 2006, p. 121).

Para seguir “o procedimento do método do *prix créé par hazard*<sup>6</sup> de Walras” (SCHUMPETER, 2010, p. 25) na análise do bem-estar e sua maximização eficiente, ou seja, para entender de que forma os mercados competitivos e preços dados levam a trocas eficientes, é necessário, inicialmente, compreender o que se entende por eficiência no estudo econômico.

Existem duas definições principais de eficiência que são utilizadas na economia. Sen (1999) descreve, respectivamente, a “eficiência técnica”, segundo a qual não é possível gerar mais de um determinado produto sem produzir menos de algum outro (considerando os insumos como produtos negativos). A “eficiência econômica”<sup>7</sup>, identificada com a “otimalidade de

---

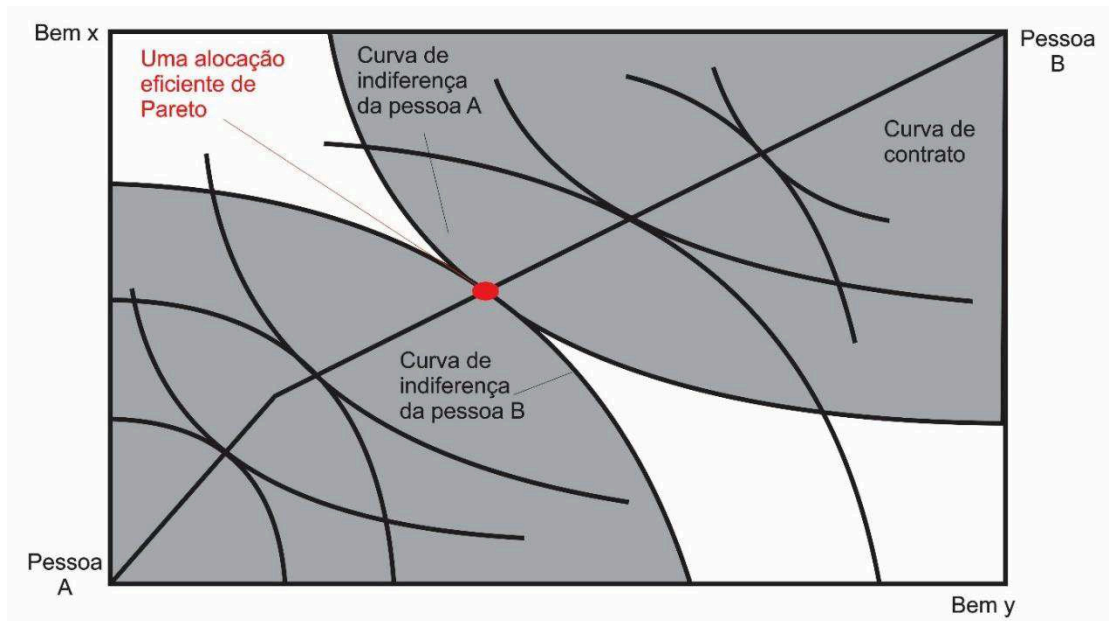
<sup>6</sup> Preço criado por acaso (tradução livre)

<sup>7</sup> “No século XX, apesar da continuidade de uma escola de escritores que acreditava que a Economia poderia cumprir função “política”, surge outra que diverge desse pensamento, da qual se originou a teoria tradicional do bem-estar, que se dividiu em “economia do bem-estar” e “nova economia do bem-estar”. É importante definir que a crítica realizada neste trabalho se refere à “nova economia do bem-estar”, corrente teórica representada por Vilfredo Pareto, que consolidou a utilidade como única dimensão para avaliar o bem-estar, em detrimento de fatores ligados à vida real dos indivíduos.” (GIACOMELLI, MARIN, FEISTEL, 2017, p. 92).

Pareto” é a condição na qual ninguém pode melhorar seu estado sem piorar o de alguma outra pessoa, esse último também denominado “eficiência de Pareto”.

O ótimo de Pareto é definido por melhora da condição de algum indivíduo, sem piorar a condição de nenhum outro indivíduo, esse critério implica a recusa de atitudes paternalistas, em que um agente externo não pode tomar as decisões pelos indivíduos e não permite comparações interpessoais (VARIAN, 2006).

Figura 1 - Alocação eficiente de Pareto



Fonte: Varian (2006).

Em termos de bem-estar, o equilíbrio é eficiente no sentido de Pareto, pois não há como melhorar simultaneamente a condição de bem-estar de ambos os indivíduos, mas também não podemos ter certeza de que esse arranjo maximizará o bem-estar conjunto de ambos os indivíduos (PINDYCK, 2013). Por fim, se todos os ganhos forem exauridos nesse mercado de trocas reais, não existe melhora da condição de um indivíduo sem piorar a do outro.

Para analisar vários resultados do processo de trocas, avaliando o bem-estar por meio da dimensão da utilidade, utiliza-se a ferramenta analítica conhecida como caixa de Edgeworth, que foi denominada em homenagem a Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926). O diagrama mostra todas as possíveis alocações de quaisquer duas mercadorias entre duas pessoas ou de quaisquer dois insumos entre dois processos de produção (VARIAN, 2006). Considere dois indivíduos  $A$  e  $B$ , dois bens  $X$  e  $Y$  aos quais correspondem duas cestas  $(X, Y)$  e duas dotações  $(W_A, W_B)$  tal que:

$$X_A + X_B = W_A^x + W_B^x \quad (1)$$

$$Y_A + Y_B = W_A^y + W_B^y \quad (2)$$

Preços relativos dados, tal que a soma das demandas excedentes ( $Z$ ) igual a zero, ou seja, sem excedentes e na condição de equilíbrio.

$$(X_A^* \times P^* - W_A^X) + (X_B^* \times P^* - W_B^X) = 0 \quad (3)$$

Sendo:

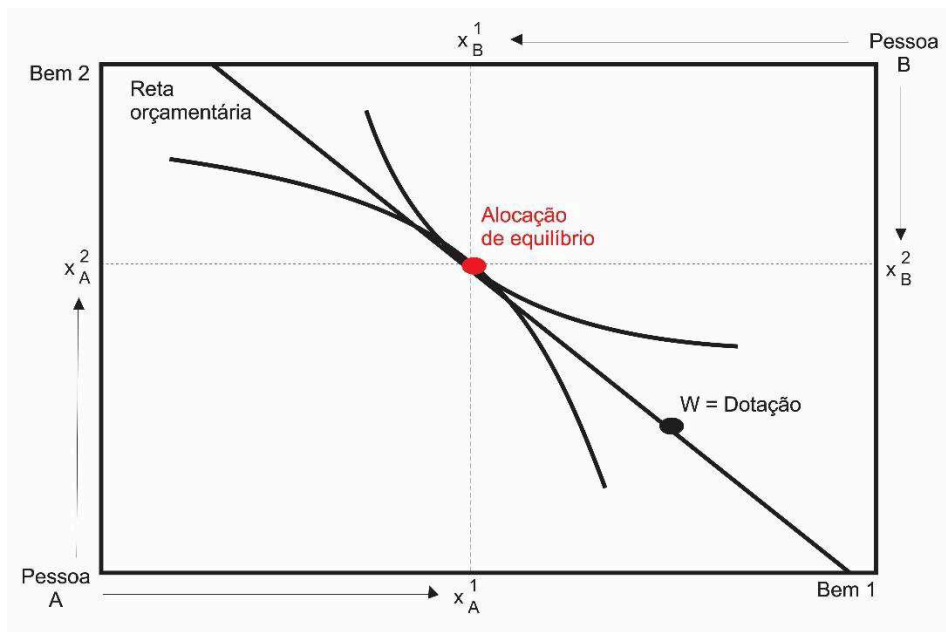
$$Z_X = 0 \quad (4)$$

$$(Y_A^* \times P^* - W_A^Y) + (Y_B^* \times P^* - W_B^Y) = 0 \quad (5)$$

Sendo:

$$Z_Y = 0 \quad (6)$$

Figura 2 - Alocação de Equilíbrio



Fonte: Varian (2006).

Representa-se com uso da caixa de Edgeworth as dotações e as preferências de duas pessoas num único e conveniente diagrama, em que o preço em equilíbrio é aquele que respeita a lei de Walras VARIAN (2006). Em termos de bem-estar, o equilíbrio é eficiente no sentido de Pareto por três motivos especiais: primeiro, não há como melhorar simultaneamente a condição de ambos os indivíduos, segundo, não existe possibilidade de melhora de um agente sem, conseqüentemente, ocorrer piora do outro e, por último, todos os ganhos de troca foram exauridos. “Segue-se que todos os equilíbrios de mercado são eficientes no sentido de Pareto: um resultado conhecido como o **Primeiro Teorema da Teoria Econômica do Bem-estar.**” (VARIAN, 2006, p. 620, grifo do autor.)

O Segundo Teorema da Teoria Econômica de Bem-Estar tradicional nos informa que toda alocação eficiente no sentido de Pareto poderá ser alcançada como um equilíbrio de preços com transferência, na curva de contrato. (VARIAN, 2006).

A curva de contrato apresenta todas as alocações a partir das quais não há mais troca que seja mutuamente vantajosa. *Essas alocações são eficientes porque os bens não podem ser realocados para tornar maior o bem-estar de uma pessoa sem que haja diminuição no bem-estar de outra.* [...] Curva mostra que todas as alocações eficientes de bens entre dois consumidores ou dois insumos entre duas funções de produção. (PINDYCK, 2013, p. 599, grifo do autor.)

Conforme Varian (2006), se todos os agentes tiverem preferências convexas<sup>8</sup> haverá sempre um conjunto de preços tal, que cada alocação eficiente no sentido de Pareto seja um equilíbrio de mercado para uma distribuição apropriada de dotações. As utilidades individuais podem não ser muito úteis para a análise de fenômenos econômicos e sociais mais complexos, mas a função de bem-estar fornece uma forma de somar as utilidades individuais, “proporcionando um modo de classificar as diferentes distribuições de utilidade entre os consumidores” (VARIAN, 2006, p. 657) agregando essas preferências individuais.

Ao determinar as funções de bem-estar de cada indivíduo e agregar as preferências individuais, é gerada uma preferência social, ou seja, as alocações de utilidade de várias pessoas agregadas geram uma classificação social chamada também de função de bem-estar social (VARIAN, 2006).

---

<sup>8</sup> “Pressuposto da convexidade [...] significa que a média ponderada de duas cestas indiferentes é *estritamente* preferida às duas cestas extremas. As preferências convexas podem ter pontos planos, enquanto as preferências *estritamente* convexas têm de ter curvas de indiferença ‘arredondadas’.” (VARIAN, 2006, p. 50)

A sociedade atinge uma situação de ótimo, no sentido de Pareto, quando nenhum grupo consegue expandir sua participação no produto total, sem diminuir a dos demais. Somente com o aumento de produtividade e maior crescimento econômico todos podem aumentar sua parte na renda nacional, sem que ninguém tenha sua parcela reduzida. O bem-estar social não aumenta com transferência de renda de um grupo para outro, quando não expande o produto líquido global. (NALI, 2011, p. 226-227)

Para a análise utilitarista, a forma de ampliar a maximização de um indivíduo sem piorar do outro pode derivar uma arbitragem, e a base para solucionar essa arbitragem entre os autointeresses é buscar o alcance da maior soma de utilidade total possível (EDGEWORTH *apud* SEN, 1977). Ao obter a função de bem-estar social, pode-se elaborar a maximização do bem-estar social. Do ponto de vista do bem-estar tradicional, “o objetivo da sociedade é obter o máximo de bem-estar social, com o mínimo de esforço. Cada grupo social procura maximizar sua participação no produto total.” (NALI, 2011, p. 226).

A função do bem-estar social é utilizada para “descrever o bem-estar da sociedade como um todo em relação às utilidades dos membros individuais.” (PINDYCK, 2013, p. 605). Esse tipo de função utilitarista dá pesos iguais à utilidade de cada pessoa e propõe que se deve maximizar a utilidade total de todos os membros da sociedade. Para obter preferências sociais, a partir das preferências individuais, somamos as utilidades individuais e usa-se o número resultante como um tipo de utilidade social. Para Varian (2006), diremos que a alocação  $X$  é preferível à alocação  $Y$ , onde  $n$  é o número de pessoas da sociedade, nessa função de agregação teremos:

$$\sum_{i=1}^n u_i (X) > \sum_{i=1}^n u_i (Y) \quad (7)$$

Com essa função agregada do bem-estar, podemos analisar a maximização do bem-estar. Essa alocação que maximiza uma função de bem-estar tem que ser eficiente no sentido de Pareto, que será o máximo para uma função de bem-estar de soma de utilidades ponderadas:

$$\text{máx } W (u_1(x), \dots, u_n(x)) \quad (8)$$

De modo que:

$$\sum_{i=1}^n x_i^1 = X^1 \quad (9)$$

Então teremos:

$$\sum_{i=1}^n x_i^k = X^k \quad (10)$$

A notação  $x_i^j$  indica quanto a pessoa  $i$  tem do bem  $j$ ,  $n$  é o número de consumidores e  $k$  são os bens (VARIAN, 2006). Segundo Mueller (1972), esse modelo é idealizado, simplificado da realidade e estático, nesse sentido, observa-se ausência de incerteza, existindo informação completa por parte dos agentes econômicos, em um regime de livre concorrência perfeita, a qual representa uma forma de organização ideal para que seja atingida a eficiência Pareto-ótima:

[...] com um adequado mecanismo de redistribuição da renda (de forma contínua e sem custos), esta forma de organização selecionará, dentre uma série múltiplo-infinita de pontos Pareto-eficientes, aquele que produz o máximo de bem-estar social. (MUELLER, 1972, p. 95)

No próximo capítulo é abordada uma crítica da teoria do bem-estar tradicional com base nos estudos de Amartya Sen. O autor reflete sobre a aplicabilidade dessa abordagem tradicional nos estudos sobre bem-estar, não tendo o intuito de criticar o momento em que foi elaborada, pois mesmo que simplificadora a abordagem do bem-estar tradicional, seria um grave erro acreditar que ela não deveria ter sido elaborada (PARETO, 1987). Nas palavras de Vilfredo Pareto (1987, p. 87):

As concepções científicas modificam-se, pouco a pouco, para se aproximar cada vez mais da verdade. Fazem-se contínuos retoques nas teorias; admitem-se, primeiro certas proposições imperfeitas e vai-se avançando no estudo da ciência, em seguida, volta-se atrás e se retificam essas proposições. [...] Aperfeiçoar uma teoria é diferente de querer destruí-la por tolas e pedantes sutilezas; o primeiro trabalho é uma coisa sensata e útil, o segundo é coisa pouco razoável e vã.

A teoria econômica do bem-estar tradicional, ou outras teorias simplificadoras da realidade, são indispensáveis para a evolução do estudo econômico. Este capítulo teve intuito de apresentar algumas hipóteses da teoria econômica do bem-estar tradicional. No capítulo que segue, serão analisadas as contribuições de Amartya Sen para estudo do bem-estar.



### **3 MULTIPLICIDADE DE CATEGORIAS ETICAMENTE RELEVANTES DO BEM-ESTAR: UMA PROPOSTA SENIANA**

Este capítulo discute as considerações éticas levantadas por Amartya Sen em seus estudos econômicos do bem-estar. A abordagem utilitarista fica restrita a uma magnitude descritiva homogênea e a avaliação ética assume um papel invariável, ou seja, ao não considerar a abordagem ética se “deixa de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real” (SEN, 1999, p. 23) e, conseqüentemente, o estudo do bem-estar. A multiplicidade de categorias de informações eticamente relevantes do estudo de Sen (2010), serão apresentadas neste terceiro capítulo e no quarto capítulo será analisado como essa abordagem diverge da teoria econômica do bem-estar tradicional e se gera algum aperfeiçoamento ou modificação relevante para o estudo do bem-estar.

Amartya Sen é um economista indiano e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998. Sen (2010) realiza um trabalho que se caracteriza pela interdisciplinaridade e aproxima a economia da ética. Suas contribuições têm influenciado análises e programas da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial. Participou da elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano e é um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pela ONU (Organização das Nações Unidas). O IDH é um indicador sofisticado para analisar as condições de vida; traça um perfil da qualidade de vida das pessoas mais elaborado que o PIB *per capita*, esse apenas mede o poder de compra das pessoas. Amartya Sen, em seus estudos, faz conexão entre a ciência econômica e a filosofia política, normalmente negligenciado no estudo econômico tradicional (SEN, 2010).

O aspecto do bem-estar é “especialmente importante em problemas como os de seguridade-social, alívio da pobreza, remoção da desigualdade econômica acentuada e, em geral, na busca da justiça social” (SEN, 1999, p. 121). A seguir, analisaremos o estudo do bem-estar no trabalho de Amartya Sen, conforme a seguinte divisão: heterogeneidade dos seres humanos (discutindo aspectos de liberdade, escolha, funcionamentos e capacitações); condição de agente e de bem-estar. Vale salientar que o estudo de Amartya Sen (2010) também discute outras problemáticas, como desigualdade, pobreza, justiça, classe, gênero e contrastes inter-regionais. Sen (2001), por meio de seus trabalhos, aproxima a ética da economia, expande e reorienta o debate em torno das hipóteses da economia do bem-estar tradicional.

### 3.1 Liberdade para realizar funcionamentos relevantes

A distinção entre extensão da realização individual e liberdade para realizar é central para Sen (2001) no estudo do bem-estar social e para julgar a eficiência, pois a extensão da realização e liberdade não necessariamente coincidem. Existem diferentes modos de julgar realizações (por meio da utilidade, opulência ou qualidade de vida). Esses modos são encontrados nas vertentes tradicionais.

[...] qualquer que seja o modo dado para caracterizar a realização, há uma questão adicional [...] deve ser reconhecido ao mesmo tempo que igualar a propriedade de recursos ou parcelas de bens primários não necessariamente iguala as liberdades substantivas usufruídas por pessoas diferentes, já que pode haver variações significativas na conversão de recursos e bens primários em liberdade. Os problemas de conversão podem envolver algumas questões sociais extremamente complexas, especialmente quando as realizações em questão são influenciadas por intrincadas relações e interações intragrupoais (SEN, 2001, p.69-71).

Para Sen (2001), a preocupação central com o conceito da liberdade é procurar uma caracterização de liberdade na forma de conjuntos alternativos de realizações que temos o poder de realizar. “As características pessoais e sociais de pessoas diferentes podem diferir enormemente e resultar em variações interpessoais substanciais na conversão de recursos e bens primários em realizações” (SEN, 2001, p.75). Quando no estudo econômico utiliza hipóteses de preços uniformes, mercados competitivos, não existe o problema nos pacotes de mercadorias escolhidas, pois dada uma renda os recursos nos informam sobre o melhor conjunto de mercadorias que se pode escolher (VARIAN, 2006). Conforme Sen (1988, p. 276, tradução nossa<sup>9</sup>):

Uma limitação de julgar a liberdade dessa maneira reside no fato de que pode haver enormes variações interpessoais na conversão das rendas na real capacidade de uma pessoa fazer isso ou aquilo. [...] Capacidade de comando de mercadorias, portanto, pode ser um guia defeituoso para avaliar a verdadeira liberdade de uma pessoa escolher levar um modo de vida, em vez de outro. Se a liberdade positiva é para ser vista em termos da capacidade real de uma pessoa alcançar funcionamentos valiosos, então, temos que ir além do espaço da mercadoria.

---

<sup>9</sup> One limitation of judging freedom in this way lies in the fact that there can be enormous interpersonal variations in the conversion of incomes into the actual ability of a person to do this or that [...] Commodity command can, therefore, be a defective guide to a person's actual freedom to lead one kind of a life rather from another. If positive freedom is to be seen in terms of the actual ability of a person to achieve valuable functionings, then we have to go beyond the commodity space. (SEN, 1988, p. 276)

Sen (2001) desvia a atenção do espaço de mercadorias para o espaço daquilo que uma pessoa pode, de fato, fazer ou que tipo de vida uma pessoa busca levar. Para avaliar a “liberdade de escolha, temos de considerar as escolhas que uma pessoa de fato tem, e necessitamos pressupor que os mesmos *resultados* seriam obtidos levando-se em conta os recursos sobre os quais as pessoas têm controle” (SEN, 2001, p. 76, grifo do autor). A distinção entre extensão de realização individual e liberdade para realizar é clara no trabalho de Sen (1988), pois é necessário lidar com a enorme heterogeneidade dos seres humanos, características sociais e naturais.

A distinção entre realização e liberdade pode ser ilustrada por duas interpretações diferentes, com base na análise da renda real (encontradas na literatura tradicional, normalmente não são claramente distinguidas), (SEN, 2001). Conforme apresenta Sen (2001), a primeira interpretação é a abordagem da “preferência revelada” que tem princípio baseado em uma base de dados, conforme preços e quantidades adquiridas por um indivíduo, “se for observado que você escolhe  $x$  rejeitando  $y$ , declara ter ‘revelado’ uma preferência por  $x$  sobre  $y$ . Sua utilidade pessoal é então definida como simplesmente uma representação numérica dessa ‘preferência’, atribuindo uma utilidade maior a uma alternativa ‘preferida’.” (SEN, 1977, p. 322, tradução nossa<sup>10</sup>). A segunda interpretação da distinção entre realização e liberdade é a visão da seleção que:

[...] está focalizada na comparação somente dos pacotes  $x$  e  $y$ , e isso é feito pressupondo-se uma estrutura particular de preferências (especificamente a convexidade – em essência, taxas marginais não crescentes de substituição). Os dados preços e compras são usados para estimar os pesos relativos atribuídos às diferentes mercadorias localmente [...], e a pressuposição de taxas marginais não crescentes de substituição é usada para determinar se um pacote  $x$  escolhido de indivíduo  $A$  pode ser declarado superior a  $y$  escolhido do indivíduo  $B$ . As oportunidades de escolha como tais não são comparadas nesse exercício. (SEN, 2001, p. 73)

Para Sen (2001) essas duas abordagens possuem resultados similares em comparações de rendas reais, mas a análise da técnica da preferência revelada pode ser ferramenta adotada para levar em conta o valor intrínseco da liberdade (se a liberdade é vista como importante em

---

<sup>10</sup> “If you are observed to choose  $x$  rejecting  $y$ , you are declared to have "revealed" a preference for  $x$  over  $y$ . Your personal utility is then defined as simply a numerical representation of this "preference," assigning a higher utility to a "preferred" alternative.” (SEN, 1977, p. 322).

si mesma). Porém, não é tratada a adoção direta da “estratégia de ‘recuperação’ das funções de utilidade pessoal a partir das escolhas observadas, mas do esclarecimento provido pelo procedimento de comparar as opções de uma pessoa em vez de somente os pacotes escolhidos [...] usando apenas uma parte da cadeia do raciocínio” (SEN, 2001, p. 78).

O valor intrínseco da liberdade, entendido por Sen (2001), advém das diferenças interpessoais e essas podem tornar divergente a forma de conversão de recursos e bens primários em liberdade para realizar. Ou seja, os recursos que uma pessoa tem, ou os bens primários que detém, são indicadores imperfeitos para medir a liberdade que uma pessoa realmente desfruta para realizar o que de fato pode fazer ou ser. Apresenta-se uma questão crucial na identificação da natureza da liberdade de escolha: escolha de quê? (SEN, 1988).

Essa perspectiva exige que ampliemos a estrutura conceitual da teoria do consumidor moderna. Conforme [...] as mercadorias podem estar relacionadas com as suas características, por exemplo, a mercadoria bicicleta tem, *inter alia*, a característica de ser um meio de transporte. No entanto, duas pessoas que possuem bicicletas idênticas podem ter uma capacidade muito diferente de se movimentar, se uma estiver debilitada e a outra não. A diferença entre os dois não reside apenas em suas respectivas utilidades. Naturalmente, a pessoa que é menos capaz de se locomover também pode ter menos utilidade, mas a utilidade também depende de outras coisas, e pode ser particularmente restrita à medição das realizações reais do funcionamento das respectivas pessoas, por essa métrica. Se uma pessoa com deficiência física, por acaso estiver satisfeita [...], então, no espaço de utilidades (isto é, felicidade, satisfação de desejos, ou escolha), sua privação (na forma de não poder se movimentar livremente) não será adequadamente refletida na métrica da utilidade. Assim, nem as propriedades, nem as características da mercadoria, nem os bens primários, nem as utilidades (em qualquer de suas interpretações: felicidade, desejo-realização, escolha) podem refletir sua falta de liberdade para escolher várias funções (por exemplo, a liberdade de mover-se efetivamente). (SEN, 1988, p. 279, tradução nossa<sup>11</sup>)

Concentrar-se na distinção entre extensão da realização individual e liberdade para realizar geram novos resultados ao estudo econômico do bem-estar. Conforme Sen (1988), essa

---

<sup>11</sup> “This perspective requires us to broaden the conceptual structure of modern consumer theory. [...] Commodities can be related to their characteristics, e.g., the commodity bicycle has *inter alia* the characteristic of being a means of transport. However, two persons possessing identical bicycles may have very different ability to move about, if one happens to be disabled and the other not. The difference between the two does not lie just in their respective utilities. Of course, the person who is less able to move about may also have less utility, but utility depends on other things as well, and may be particularly gross in measuring the actual functioning achievements of the respective persons. If a disabled person, physically crippled, happens to be contented [...], then in the space of utilities (i.e., happiness, or desire fulfilment, or choice), his deprivation (in the form of not being able to move about freely) will not be adequately reflected in the metric of utility. So neither commodity holdings, nor commodity characteristics, nor primary goods, nor utilities (in any of its interpretations: happiness, desire-fulfilment, choice), may be able to reflect his lack of freedom to choose various functionings (e.g., the freedom to move about effectively).” (SEN, 1988, p.279)

ampliação do conceito de liberdade é necessária, pois gera modificações no estudo do bem-estar, como por exemplo, na escolha de políticas sociais e na avaliação das realizações no desenvolvimento de um país. “Se o foco de nossa avaliação não é o padrão de opulência ou renda real (como o PNB *per capita*), mas - digamos - a liberdade de viver por muito tempo, a ordenação das conquistas de diferentes países<sup>12</sup> muda radicalmente” (SEN, 1988, p. 280, tradução nossa<sup>13</sup>).

Para Sen (1988), a liberdade de escolher pode ser um importante funcionamento, na medida em que a escolha é valiosa, a existência e a possibilidade de escolher têm significado além de fornecer apenas os meios de escolher, ou seja, em um caso hipotético, se todas as alternativas, exceto a escolhida, ficassem indisponíveis, as alternativas escolhidas não mudarão obviamente, mas a extensão de liberdade será diminuída, e se a liberdade de escolha é de importância intrínseca, então, ocorre uma redução correspondente de vantagem da pessoa.

Uma razão pela qual a liberdade pode ser importante é que "escolher" pode ser um importante funcionamento. De fato, Aristóteles tinha visto a capacidade de escolher como uma das características distintivas que torna os seres humanos diferentes de outros animais, cujos atos feitos podem ser descritos como voluntários, mas não escolhidos. Na medida em que a escolha é em si valiosa, a existência e a extensão da escolha têm um significado além do de fornecer apenas os meios de escolher a alternativa particular que por acaso é escolhida. (SEN, 1988, p.289-290, tradução livre<sup>14</sup>)

Se a liberdade possuísse apenas valor instrumental, como sugere a teoria tradicional do bem-estar, então, a avaliação das capacitações de uma pessoa não seria diferente de avaliar o conjunto de funções escolhidas no respectivo conjunto (SEN, 1988). Porém, se valorizamos a liberdade acima de seu papel instrumental, então, valorizamos que a liberdade nos permite

---

<sup>12</sup> Amartya Sen mostra, em seu artigo “Freedom of choice: Concept and content” (1988), empiricamente como políticas públicas intervencionistas em apoio aos direitos individuais, como por exemplo acesso a alimentação e aos cuidados de saúde podem ter um papel importante na promoção das liberdades. O critério de avaliação de Amartya Sen (1988) consistiu na expansão de uma liberdade básica, como por exemplo, a capacidade de viver longamente e evitar a mortalidade prematura.

<sup>13</sup> “If the focus of our assessment is not the standard one of opulence or real income (such as GNP per head), but - say - the freedom to live long, the ordering of achievement of different countries changes quite radically.” (SEN, 1988, p. 280)

<sup>14</sup> “One reason why freedom may be important is that "choosing" may itself be an important functioning. Indeed, Aristotle had seen the ability to choose as one of the distinguishing features that makes human beings different from lower animals, whose acts done can be described as voluntary, but not chosen. Insofar as choosing is itself valuable, the existence and extent of choice have significance beyond that of providing only the means of choosing the particular alternative that happens to be chosen.” (SEN, 1988, p.289-290)

alcançar objetivos. “O fato de essa extensão ter um efeito desestabilizador em algumas das condições-padrão de consistência e racionalidade utilizadas na economia e na teoria da escolha social aumenta o interesse metodológico, além de sua relevância prática e pragmática.” (SEN, 1988, p. 292-293, tradução livre<sup>15</sup>.) O conjunto de funcionamentos derivados desse conceito de liberdade será ampliado a seguir, por meio da abordagem das capacitações.

As abordagens tradicionais da avaliação individual e social são baseadas em variáveis como bens primários ou ainda na renda real, são esses instrumentos para realizar o bem-estar entre outros objetivos e podem ser entendidas como meios para atingir a liberdade (SEN, 1988). John Rawls (1921-2002), professor de Filosofia Política, por exemplo, concentra seus estudos na distribuição de “bens primários” que inclui direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima. (SEN, 2001)

A importância dada à liberdade individual e aos recursos para obter a liberdade substantiva na teoria rawlsiana é, conforme Marin e Quintana (2010), o principal fator que chamou a atenção de Sen para esta abordagem da justiça, uma vez que difere da base informacional utilitarista, ao desviar do foco nos resultados para focar nas oportunidades que as pessoas têm. Porém, Sen (2011) alerta para o fato de que a liberdade deve ser vista a partir de seu valor intrínseco e não apenas como um recurso complementar a outros recursos e, além da posse de bens primários, deve-se considerar como as pessoas conseguem transformá-los em bem-estar e liberdades.” (GIACOMELLI, MARIN, FEISTEL, 2017, p. 104).

Sen (2001) propõe aspectos elementares para estudo das capacitações, quando “o bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade [...] do ‘estado’ da pessoa [*the person’s being*].” (SEN, 2001, p. 79), ou seja, o vetor de seus funcionamentos relevantes é a realização de uma pessoa que pode ser alcançado, por exemplo, estar em saudável, livre de doenças, evitar a morte prematura, acesso à educação etc. Essa proposta apresentada por Sen (2001) é de que os funcionamentos são formados pelo ‘estado’ de uma pessoa e para examinar o bem-estar, esse deve assumir uma forma que considere os elementos relevantes. A noção de funcionamentos se relaciona intimamente com à noção de capacidade para realizar os funcionamentos [*capability to function*].

Sen (2001) mostra que os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa e as capacitações para realizar funcionamentos constitui as oportunidades reais de cada

---

<sup>15</sup> “The fact that this extension has a destabilizing effect on some of the standard conditions of consistency and rationality used in economics and in social choice theory adds to the methodological interest of the enterprise, in addition to its practical and pragmatic relevance.” (SEN, 1988, p.292-293)

indivíduo, ou seja, a liberdade da pessoa para atingir o bem-estar. O bem-estar e as capacitações possuem uma conexão que consiste “diretamente em fazer o próprio bem-estar realizado depender da capacidade para realizar funcionamentos” (SEN, 2001, p. 81). Escolher pode ser, em si, uma parte valiosa do viver, mas isso não significa dizer que toda escolha adicional irá aumentar o bem-estar de um indivíduo, e não quer dizer que escolher de fato irá necessariamente aumentar a liberdade de alguém<sup>16</sup>. (SEN, 2001)

Na abordagem das capacitações de Sen (2001), propõe-se o exercício de identificar os objetos-valor<sup>17</sup>, fornecendo um reconhecimento mais completo da variedade de maneiras sob as quais as vidas dos indivíduos podem ser enriquecidas ou empobrecidas, pois diferencia esses objetos-valor dos funcionamentos e capacidades pessoais. Como já salientado, a abordagem das capacitações difere de uma avaliação utilitarista (julga o bem-estar pela renda real, riqueza, bens, entre outros) por “abrir espaço para uma variedade de ações e estados considerados importantes por si mesmos (não somente porque eles podem produzir utilidade, nem apenas na proporção que a produzem)” (SEN, 2001, p. 83). A partir disso, a seleção e ponderação são necessárias para realizar uma lista de funcionamentos relevantes e capacitações importantes que devem ser incluídos ao estudo, nota-se a importância da integração da valoração relativa de funcionamentos e capacitações diferentes (SEN, 2001).

[...] alguns tipos de capacidades, concebidas de modo amplo, são de pouco interesse ou importância, e mesmo as que contam têm de ser ponderadas *vis-à-vis* de cada uma das outras. Essas discriminações são, contudo, integrantes da abordagem da capacidade, e a necessidade de selecionar e ponderar não pode realmente ser tomada como, em qualquer sentido, um estorvo (como “uma dificuldade teórica”). [...] A afirmação fundamental é de que, na avaliação bem-estar, os objetos-valor sejam os funcionamentos e as capacidades. Isso não implica que todos os funcionamentos são igualmente valiosos, nem indica que qualquer que seja a capacidade [...] necessita ter algum valor na avaliação do bem-estar (SEN, 2001, p. 85-86).

A abordagem das capacitações tem algo a oferecer quando faz oposição da teoria tradicional (restrita aos meios para atingir realizações e liberdades), mostrando que existe uma necessidade de examinar o valor de funcionamentos e capacidades (SEN, 2001). Para Sen (2001), a importância da integração da valoração relativa de funcionamentos e capacitações

---

<sup>16</sup> Aprofundaremos essa discussão no subcapítulo 3.2 ao tratar da condição de agente e do bem-estar.

<sup>17</sup> “Identificação dos objetos-valor especifica o que pode ser chamado de *espaço de avaliação*.” (SEN, 2001, p.83)

diferentes no estudo é relevante, mesmo quando não existe um acordo completo sobre os pesos relativos a serem atribuídos em diferentes funcionamentos, a integração frequentemente produz respostas definidas e ter mais de cada funcionamento ou capacitação relevante é uma clara melhora do estudo. “É importante não ver o uso da abordagem da capacidade como um exercício de ‘tudo ou nada’. [...] Na medida em que há genuína incompletude<sup>18</sup>, disparidade ou ambivalência nos pesos relativos [...] uma formulação *precisa* dessa ideia necessita tentar capturar essa ambiguidade em vez de perdê-la.” (SEN, 2001, p. 88, grifo do autor).

Para analisar o espaço dos funcionamentos, apresentados por Sen (2001), é preciso entender que a combinação de funcionamentos é um ponto específico da análise, enquanto a capacidade é um pacote de funcionamentos, ou seja, o conjunto capacitário abrange uma combinação maior do que apenas os funcionamentos escolhidos, nesse sentido, a concepção teórica da avaliação do bem-estar é definida em termos das capacitações em geral.

Mas devemos distinguir entre o que se torna aceitável devido a dificuldades práticas da disponibilidade de dados e o que seria o procedimento correto, caso não estivéssemos tão limitados em ter informações. Ao defender a importância do conjunto capacitário na análise do bem-estar realizado, não estamos fechando os olhos para os problemas práticos da disponibilidade informacional, nem o valor da ‘análise do segundo melhor’ [*second-best analysis*] que podemos fazer com dados limitados. (SEN, 2001, p. 93)

A abordagem das capacitações pode utilizar essa nova concepção teórica (conjunto capacitário) e avançar entre os diversos níveis de sofisticação (SEN, 2001). “O ideal é que a abordagem da capacidade considere toda a extensão da liberdade para escolher entre diferentes pacotes de funcionamentos, mas limites de praticidade pode, com frequência, forçar a análise a limitar-se apenas ao exame do pacote *realizado* de funcionamentos” (SEN, 2001, p. 94, grifo do autor).

Em síntese, as capacitações são, de modo mais abrangente, o reflexo da liberdade para realizar funcionamentos considerados valiosos. Ao considerar a liberdade valiosa em si e não apenas um meio para atingir realizações, identificam-se as reais alternativas que os agentes possuem (SEN, 2001). O estudo por meio da abordagem das capacitações e funcionamentos de Amartya Sen gera amplas consequências nos estudos econômicos do bem-estar, como podemos ver até aqui. A discussão neste subcapítulo abordou a liberdade para realizar funcionamentos relevantes para atingir um conjunto capacitário de bem-estar individual. A seguir, analisaremos

---

<sup>18</sup> Esta incompletude não é um problema restrito da abordagem das capacitações, Sen (2001) salienta que as mesmas questões aparecem geralmente em muitas das estruturas conceituais na teoria política, econômica e social.



a condição de agente e de bem-estar, pois esses podem possuir outros objetivos e valores divergentes da busca do bem-estar individual.

### 3.2 Condição de agente e condição de bem-estar

A condição de agente e de bem-estar são aspectos importantes para análise de Sen (2001) e possuem quatro distinções, essas não tornam os conceitos totalmente independentes um do outro, mas são fundamentais para evolução do estudo. As quatro diferenciações são: aspecto da condição de agente [*the agency aspect*]; aspecto do bem-estar de uma pessoa [*the well-being aspect*]; liberdade de bem-estar [*well-being freedom*]; liberdade de condição de agente [*agency freedom*] (SEN, 2001).

A “realização da condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar.” (SEN, 2001, p.103). Sen (1985) salienta que o aspecto do bem-estar e condição de agente, na abordagem utilitarista tradicional, são tidos como uma mesma condição, assim, a base moral fica extremamente restritiva.

Há uma esfera particular na condição de agente que pode ser especialmente importante, na própria vida de uma pessoa. Vários conceitos de "autonomia" e "liberdade pessoal" relacionam-se com esse papel da condição de agente na vida dos indivíduos, indo além da consideração de bem-estar. [...] Para uma pessoa integrada, é provável e possivelmente até mesmo inevitável que o bem-estar da pessoa seja influenciado por sua condição de agente. Mas isto não implica, entretanto, que a informação de bem-estar em si possa capturar as características importantes da condição de agente, ou atuar como seu substituto informacional. De fato, existem alguns tipos de condição de agente, por exemplo, aqueles relacionados com o cumprimento de obrigações, podem muito possivelmente ter um impacto negativo no bem-estar da pessoa. Mas mesmo quando o impacto é positivo, a condição de agente deve ser distinta do aspecto de bem-estar. (SEN, 1985, p.186-187, tradução nossa<sup>19</sup>).

---

<sup>19</sup> There is a particular sphere in which such an agency role may be especially important, and that is the person's own life. Various concepts of "autonomy," and "personal liberty," relate to this special role of agency in personal life. Various concepts of "autonomy," and "personal liberty," relate to this special role of agency in personal life, going well beyond considerations of well-being. [...] For an integrated person it is likely-possibly even inevitable that the person's well-being will be influenced by his or her agency role. This does not, however, imply that the well-being information itself could capture the important features of agency, or act as its informational surrogate. In fact, some types of agency roles, e.g., those related to fulfilling obligations, can quite possibly have a negative impact on the person's well-being. Even when the impact is positive, the importance of

Para Sen (1985), o aspecto da condição de agente e aspecto do bem-estar de uma pessoa, descritos anteriormente, possuem relevância intrínseca na avaliação do estado e ação dos agentes. Esses dois aspectos produzem uma noção de liberdade que são: liberdade de condição de agente [*agency freedom*]; e liberdade de bem-estar [*well-being freedom*]. A liberdade de condição de agente remete à liberdade de o indivíduo fazer acontecer as realizações que valoriza ao tentar produzir por seus próprios esforços, enquanto a última remete ao conjunto capacitário de uma pessoa, ou seja, conjunto mais amplo de liberdades (SEN, 2001). Apesar dessa diferenciação significativa, Sen (2001) não afirma que existe uma possibilidade de realizar uma análise considerando esses conceitos independentes um do outro; as análises devem ser consideradas em um domínio amplo e não restritivo.

O aspecto da condição de agente de uma pessoa é mais abrangente do que o aspecto do bem-estar, essa distinção é importante na análise de Sen (2001), pois dependendo do contexto, é necessário considerar adequadamente a pluralidade de propósitos de cada condição.

O aspecto do bem-estar de uma pessoa tem grande importância por si mesmo para a análise da desigualdade pessoal e apreciação da política pública. Problemas de injustiça e desigualdades sociais entre diferentes classes e grupos relacionam-se fortemente com extensas disparidades de bem-estar – incluindo a liberdade que nós, respectivamente, desfrutamos para realizar bem-estar. Em algumas análises [...] será prestada particular atenção a desigualdades na liberdade de bem-estar. Contudo, mesmo para essa análise, a relevância da condição de agente tem de ser mantida em vista, pois o uso real que uma pessoa faz da sua liberdade de bem-estar dependerá *inter alia* de seus objetivos da condição de agente (uma vez que estes influenciarão suas escolhas reais) (SEN, 2001, p. 121)

Para Sen (2001), a liberdade pode conflitar com bem-estar. Tanto a liberdade da condição de agente como a liberdade de bem-estar, frequentemente, podem mover-se em direções opostas:

[...] pois a escolha de uma pessoa não é necessariamente guiada somente pela busca do seu bem-estar. Se o aumento na liberdade de bem-estar é acompanhado por outras mudanças que movem as escolhas de uma pessoa para a busca de objetivos outros que não o bem-estar, então, a realização do bem-estar pode, com boas chances, diminuir, enquanto a liberdade de bem-estar aumenta. [...] não há aqui nenhum paradoxo real. A mudança que gera a expansão da liberdade de bem-estar pode também permitir que uma pessoa busque outros objetivos (que não sejam os de bem-estar) de forma mais

---

the agency aspect has to be distinguished from the importance of the impact of agency on well-being” (SEN, 1985, p.186-187)

determinada, e é bem possível que isso leve a uma deterioração do bem-estar que essa pessoa escolhe realizar. (SEN, 2001, p.109)

Alguns exemplos, mostrados por Sen (2001), são de que as pessoas podem, por exemplo, almejar prosperidade na comunidade em que vivem, buscar a independência de seu país, ou algum outro objetivo que seja de alguma forma mais geral, assim, a condição de agente passa a envolver muito mais que as realizações do que as contribuem única e exclusivamente para seu próprio bem-estar. Ou seja, busca exclusiva para seu próprio bem-estar (autointeressado, maximização e escolha orientada para próprio objetivo) não é regra geral, pois as pessoas podem ter um comportamento guiado por comprometimento.

Na literatura econômica tradicional, “supõe-se que a pessoa maximiza sua função utilidade, a qual depende somente de seu próprio consumo e determina todas as suas escolhas, estrutura determinada de ‘comportamento autointeressado’” (SEN, 1999, p. 96). Essa estrutura de comportamento autointeressado possui três características: bem-estar autoconcentrado (foco apenas no próprio consumo, sem simpatia ou antipatia por outros); objetivos limitados ao próprio bem-estar (maximização); escolha orientada para o próprio objetivo (o ato de escolha de uma pessoa é orientado pela busca de seu próprio interesse) (SEN, 1999).

Diferente desta vertente tradicional, Sen (1999), ao atribuir considerações éticas no estudo do bem-estar, esclarece que mudanças nas características elencadas podem ser incorporadas ao comportamento autointeressado e induzir à maximização de algum objetivo que não seja o bem-estar da própria pessoa.

A característica mais difícil de trabalhar é a da *escolha orientada para o próprio objetivo*. De fato, pode parecer absolutamente aceitável – talvez até mesmo inquestionável – esperar que uma pessoa escolha a alternativa de ação que seja a melhor para seus objetivos (inclusive objetivos morais, se houver), dadas as coisas sobre as quais a pessoa não tem controle (inclusive as escolhas de outros indivíduos). A verdadeira dificuldade na suposição da escolha orientada para o próprio objetivo não está na ausência de plausibilidade intuitiva imediata, e sim no fato de que o uso da escolha orientada para o próprio objetivo por parte de uma comunidade de pessoas com objetivos díspares pode levar a uma menor satisfação dos objetivos de cada uma delas, do que se elas seguissem uma regra de comportamento diferente. (SEN, 1999, p. 97)

Os problemas advindos dessa questão apresentada por Sen (1999) podem ser caracterizados teoricamente usando a estrutura de jogos clássicos. Por exemplo, o Dilema do

Prisioneiro<sup>20</sup> (estratégia individual “estritamente dominante” sendo essa não cooperativa), em que é fácil verificar característica da escolha orientada para o próprio objetivo, mas não a característica do bem-estar autocentrado ou o objetivo limitado ao próprio bem-estar. Analogias desse tipo podem ser verificadas em muitas áreas<sup>21</sup> verdadeiramente importantes em economia (SEN, 1999).

O resultado desse Jogo do Dilema dos Prisioneiros nos informa que quando os indivíduos baseiam suas ações em termos de estratégia cooperativa - não apenas estratégia individual, verificando os objetivos de outras pessoas em posição semelhante a dela no jogo – todos os indivíduos atingiram objetivos de maximização do bem-estar, mas se apenas um ou os dois indivíduos adotarem uma estratégia individual, essa maximização não será atingida. (SEN, 1999). A Quadro 1 a seguir ilustra esse jogo e seus resultados.

Quadro 1 - Jogo Dilema dos Prisioneiros

		Indivíduo B	
		Escolha 1 (estratégia individual)	Escolha 2 (cooperação)
Indivíduo A	Escolha 1 (estratégia individual)	Não maximizam o bem-estar – Verifica-se característica da escolha orientada para o próprio objetivo	Indivíduo B coopera sozinho e indivíduo A com escolha orientada para o próprio objetivo
	Escolha 2 (cooperação)	Indivíduo A coopera sozinho e indivíduo B com escolha orientada para o próprio objetivo	Maximização do bem-estar de ambos indivíduos

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

<sup>20</sup> “O dilema do prisioneiro é um famoso problema da teoria dos jogos, o qual retrata uma situação em que dois criminosos são presos por cometerem um crime, a polícia tem evidências para mantê-los presos por um ano, porém, não para condená-los, os presos são colocados em celas separadas, para que não haja acordos prévios. [...] é um jogo não cooperativo, mas poderia ser modelado como cooperativo se fosse permitido que os dois criminosos não somente se comunicassem como também fizessem compromissos obrigatórios. [...] mostra que, em cada decisão, o prisioneiro pode satisfazer o seu próprio interesse, não confessar, ou atender ao interesse do grupo, confessar. [...] ambos chegarão a essa conclusão: a escolha racional é trair. Essa lógica vai, dessa forma, proporcionar a ambos dois anos de cadeia. Se os dois confessassem, haveria um ganho maior para todos, mas a otimização dos resultados não é o que acontece.” (ALMEIDA, 2006, p. 4)

<sup>21</sup> “Estudos experimentais sobre o comportamento caracterizado na teoria dos jogos também tenderam a revelar afastamentos da escolha orientada para o próprio objetivo (ver, por exemplo, Lave, 1962; Rapoport & Chamah, 1965; Axelrod 1984)” (SEN, 1999, p.99).

Se observada uma atitude divergente do comportamento autointeressado (aquele que visa à maximização do bem-estar), podemos observar o comportamento guiado por comprometimento, ele advém de uma complexidade ética que permeia a moralidade social (SEN, 1999). Neste ponto, Sen (1977) considera que a ação egoísta da abordagem tradicional possui desvios, e salienta que o comportamento guiado por comprometimento deve ser também diferenciado do conceito de simpatia. Simpatia deriva de uma preocupação que afeta diretamente o bem-estar do indivíduo, em um sentido amplo, pode ser análoga ao egoísmo, pois a pessoa ficará satisfeita com a alegria dos outros e sofre com a dor alheia, sendo assim, a busca da própria utilidade continua. O comportamento guiado por comprometimento envolve o ato de agir (ação) do indivíduo, ao observar uma situação que considera inapropriado, irá agir para solucioná-lo, esse indivíduo que realiza a ação não busca se sentir em melhor ou pior nesta situação que enfrentou (SEN, 1977).

[...] ação baseada no comprometimento, e não na simpatia, que seria não egoísta nesse sentido. Note, no entanto, que a existência de simpatia não implica que a ação seja útil para os outros, pois a ação não aconteceria se houvesse menos ou nenhum conforto do bem-estar. Essa questão da causalidade deve ser assumida atualmente (SEN, 1977, p. 327, tradução nossa<sup>22</sup>)

Note que o comportamento guiado por comprometimento não implica a maximização de seu bem-estar pessoal antecipado, pois essa não é a razão de sua escolha. Sen (1977), inclui a incerteza quanto à antecipação do bem-estar, o conceito de simpatia não será afetado, mas o comportamento guiado por comprometimento exigirá uma reformulação que dependerá da reação da pessoa à incerteza. Toda a discussão é reformulada, simplesmente substituindo o bem-estar pessoal pelo bem-estar pessoal esperado (SEN, 1977). “O caso mais simples é provavelmente aquele em que a ideia da pessoa de que "loteria" lhe oferece em termos de ganho pessoal é capturada pela "utilidade esperada" do bem-estar pessoal (isto é, somar benefícios

---

<sup>22</sup> “[...] action based on commitment rather than sympathy which would be non-egoistic in this sense. Note, however, that the existence of sympathy does not imply that the action helpful to others must be based on sympathy in the sense that the action would not take place had one got less or no comfort from others welfare. This question of causation is to be taken up presently” (SEN, 1977, p.327).

persoais de diferentes resultados ponderados pela probabilidade de ocorrência de cada resultado.” (SEN, 1977, p. 328, tradução nossa<sup>23</sup>).

Para Sen (2001), a distinção entre condição de agente e de bem-estar é de extrema importância, pois as interpretações mais abrangentes da condição de agente geram novas perspectivas (por exemplo, o comportamento guiado por comprometimento) e novas soluções (evolução de abordagens teóricas) para que o estudo econômico se torne cada vez mais próximo da realidade. Vale salientar que “a especificação de nosso foco de avaliação (do bem-estar individual) não deve ser confundida com qualquer pressuposição que restrinja os seres humanos em termos de motivação.” (SEN, 2001, p. 122).

Neste capítulo, foram abordadas algumas considerações éticas que afetam diretamente as hipóteses do comportamento humano e de eficiência econômica, relevantes para o estudo do bem-estar, com base nos estudos do economista Amartya Sen<sup>24</sup>. A seguir, no capítulo quatro, visando a responder o problema proposto, serão discutidas as hipóteses do comportamento humano (princípio da otimização e princípio do equilíbrio) e do critério de eficiência econômica (no sentido de otimalidade de Pareto) presentes na Teoria Econômica do Bem-Estar, em comparação à abordagem ética apresentada por Amartya Sen.

---

<sup>23</sup> “The simplest case is probably the one in which the person's idea of what a ‘lottery’ offers to him in terms of personal gain is captured by the ‘expected utility’ of personal welfare (that is, adding personal welfares from different outcomes weighted by the probability of occurrence of each outcome).” (SEN, 1977, p.328).

<sup>24</sup> Críticas a abordagem de Amartya Sen podem ser encontradas em trabalhos dos seguintes autores: Gasper & Van Staveren (2003); Alkire (2002); Deneulin e Stewart (2002); entre outros.

## 4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E BEM-ESTAR

Como os estudos relacionados à ética de Amartya Sen (1999) modificam a abordagem do bem-estar tradicional é questão que guia este trabalho, com o intuito de responder esse problema, apresentamos no capítulo dois a teoria econômica do bem-estar tradicional, com foco nas hipóteses de comportamento humano e eficiência de Pareto. No capítulo três foram expostas as abordagens éticas do comportamento humano (liberdade, escolha do funcionamento e das capacitações) e de eficiência (condição de agente e bem-estar), apresentadas nos estudos de Amartya Sen.

Neste capítulo quatro é feita uma análise comparativa dos estudos de Amartya Sen (que incorpora considerações éticas no estudo bem-estar) e da abordagem do bem-estar tradicional (com base na hipótese de comportamento humano tradicional e do critério eficiência no sentido de Pareto).

### 4.1 Bem-estar seniano e bem-estar tradicional

A teoria econômica do bem-estar tradicional possui critério fundamentado no utilitarismo simples; sua magnitude abrange a soma total de utilidade criada e nada mais sendo considerado possuidor de valor intrínseco (SEN, 1999). Esse é o ponto de partida para entender as principais críticas e contribuições de Amartya Sen ao estudo do bem-estar. As hipóteses do comportamento humano (princípio da otimização e princípio do equilíbrio) e do critério eficiência econômica (no sentido de otimalidade de Pareto) tornam a teoria econômica do bem-estar tradicional restrita para o estudo do bem-estar; “empobreceu ainda mais na moderna economia do bem-estar com a imposição de algumas limitações adicionais, especialmente a de evitar comparações interpessoais de utilidade (SEN, 1999, p. 74).

Sen (1999) mostra que a evolução das caracterizações da motivação humana nos termos da economia neoclássica, utilizadas na teoria bem-estar tradicional, é espetacularmente restrita, uma das razões dessa singularidade é que a economia tradicional supostamente se ocupa de pessoas reais, “considera que ação humana real tem por base unicamente o autointeresse, sem impacto algum de considerações éticas ou de juízos provenientes da economia do bem-

estar [...], a economia do bem-estar tem sido uma espécie de equivalente econômico do ‘buraco negro’ – ali as coisas podem entrar, mas de lá nada pode escapar” (SEN, 1999, p. 45)

Dado o comportamento autointeressado, o mecanismo de mercado fornece bons incentivos para cada agente escolher apropriadamente, dadas as suas dotações iniciais, porém, não existe um mecanismo comparável pelo qual as pessoas têm incentivo para revelar as informações com base nas quais a escolha *entre* estados Pareto-ótimos pudesse ser feita a distribuição inicial apropriada pudesse ser fixada. (SEN, 1999, p. 53, grifo do autor.)

A concepção restrita e o caráter “não ético” atribuído na economia moderna e na sua evolução histórica fazem parte da abordagem “engenharia” e a abordagem da ética é sistematicamente negligenciada no estudo do bem-estar, Sen (1999) visa, em seus estudos, a retomar essa última para enriquecer o debate.

A abordagem da “engenharia”, denominada por Sen (1999), caracteriza-se por ocupar-se de questões primordialmente logísticas, com objetivo principal de encontrar meios apropriados para atingir fins que são dados diretamente, fins tipicamente simples e facilmente caracterizáveis. Essa abordagem da “engenharia” da economia “proveio de várias direções, inclusive – a propósito – foi desenvolvida por alguns engenheiros de fato, como Leon Walras, economista francês do século XIX, que muito contribuiu para resolver numerosos problemas técnicos nas relações econômicas” (SEN, 1999, p. 21), inclusive desenvolveu a teoria de equilíbrio geral que sustenta a elaboração do ótimo de Pareto na economia de bem-estar tradicional.

Para Sen (1999), a abordagem “engenharia” da economia conseguiu proporcionar melhor compreensão e esclarecimento em diversos estudos econômicos. Porém, “a precisão das respostas às questões bem definidas com hipóteses pré-selecionadas, restringem a natureza dos modelos que podem ser assumidos na análise” (SEN, 1977, p. 322, tradução nossa<sup>25</sup>). Ainda, Sen (1999) considera que a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética. Vale salientar que “mesmo a ‘economia pura’, concebida como uma ‘caixa de ferramentas’, é socialmente inserida – ‘o trabalho analítico principal com material extraído da nossa visão das coisas, e essa visão é, por definição, ideológica’.” (SCHUMPETER *apud* ERBER, 2011, p. 32).

Há uma dificuldade para Sen (1999) no estudo econômico, pois não existe uma análise com formulações *puramente* econômicas e ocorre um desalinhamento ao desconsiderar a ética

---

<sup>25</sup> “The accuracy of answers to well-defined questions posed with preselected assumptions which severely constrain the nature of the models that can be admitted into the analysis.” (SEN, 1977, p. 322).



no estudo da teoria do bem-estar tradicional, principalmente nas comparações interpessoais de utilidade.

Por motivos que não estão totalmente claros, as comparações interpessoais de utilidade foram então diagnosticadas como “normativas” ou “éticas”. [...] Creio que seja um reflexo do modo como a ética tende a ser vista pelos economistas o fato de afirmações suspeitas de ser “sem sentido” ou “*nonsense*” serem prontamente tachadas de “éticas”. A concepção singularmente estreita de “sentido” defendida pelos positivistas lógicos [...] acarretou o caos total na economia do bem-estar. [...] Os filósofos positivistas podem ter se equivocado ao considerar sem sentido todas as proposições éticas, mas nem mesmo eles haviam sugerido que todas as proposições sem sentido eram éticas! (SEN, 1999, p. 47)

A teoria do bem-estar tradicional se torna um modelo abstrato e limitado da análise econômica. O comportamento humano, como vimos no segundo capítulo, segue ao princípio da otimização (maximização do autointeresse). A interpretação da racionalidade como autointeresse é característica principal da teorização microeconômica predominante. O principal problema dessa abordagem, conforme Sen (1999), é que a maximização do autointeresse pode ocorrer, mas afirmar que tudo o que não for maximização disso tem que ser irracional, é cabalmente contestável. Sen (1977) afirma que acreditar que o indivíduo é tão somente racional quando maximizados do seu autointeresse significa acreditar que não passa de um tolo racional.

A rejeição ao papel da ética na tomada de decisão é o que ocorre nesse momento de “considerar qualquer afastamento da maximização do autointeresse uma prova de irracionalidade” (SEN, 1999, p. 31). Então, coloca-se aqui, a questão principal levantada por Sen (1999), se existe ou não uma pluralidade de motivações do comportamento humano ou se unicamente o autointeresse rege esse comportamento.

A caixa de Edgeworth mostra que existe uma necessária oposição entre o autointeresse, de um lado, e algum tipo de preocupação das pessoas de outro (SEN, 1999), “essa visão do homem tem sido persistente nos modelos econômicos, e a natureza da teoria econômica parece ter sido muito influenciada por essa premissa básica” (SEN, 1977, p.317, tradução nossa<sup>26</sup>). Ao apresentar o comportamento guiado por comprometimento, por Sen

---

<sup>26</sup> “This view of man has been a persistent one in economic models, and the nature of economic theory seems to have been much influenced by this basic premise.” (SEN, 1977, p. 317)

(1999), mostra-nos que o comportamento autointessado não é regra geral. Tendo em vista que grupos fornecem um enfoque para muitas ações que envolvem um tipo de comportamento comprometido, esses grupos atuam como intermediários entre o indivíduo e o todo, quando diversas ações baseadas na lealdade de um grupo podem implicar um sacrifício de interesses puramente pessoal que seja atingida, em outros aspectos, uma maior realização do autointeresse (SEN, 1999).

As comparações interpessoais de utilidade passam a ser evitadas na economia do bem-estar devido a esse desenvolvimento por meio da tendência antiética, o critério que se mantém no estudo do bem-estar na economia é a otimidade de Pareto, “às vezes também é denominada ‘eficiência econômica’. [...] concerne exclusivamente à eficiência no espaço das utilidades, deixando de lado as considerações distributivas relativas à utilidade.” (SEN, 1999, p. 49)

O ótimo de Pareto, conforme apresentado no capítulo 2, informa que um determinado estado social está no ponto ótimo se e somente se for possível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de alguma outra (PINDYCK, 2013). “Se as pessoas podem trocar um bem por outro, o conjunto de Pareto descreve o conjunto de cestas que exaurem os ganhos de troca” (VARIAN, 2006, p. 647). Porém:

Esse é um tipo muito limitado de êxito e, em si mesmo, pode não garantir grande coisa. Um estudo pode estar no ótimo de Pareto havendo algumas pessoas na miséria extrema e outras nadando em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos ricos. A otimidade de Pareto, como ‘o espírito de César’, pode ‘vir quente do inferno’. (SEN, 1999, p. 47-48)

Para Sen (1999), a economia do bem-estar tradicional é restrita à otimalidade de Pareto; esse é o único critério de julgamento e comportamento autointeressado, é a única possibilidade da escolha econômica. A proposição do resultado do chamado Teorema Fundamental da economia do bem-estar, baseado em determinadas condições, como o equilíbrio de mercado em concorrência perfeita, ausência de externalidades, ausência de economias de grande escala e com distribuição inicial das dotações das pessoas, teremos para cada estado social Pareto-ótimo um equilíbrio perfeitamente competitivo em relação a algum conjunto de preços (VARIAN, 2006).

Esse é um resultado notavelmente elegante, que também permite discernir profundamente a natureza do funcionamento do mecanismo de preços, explicando a natureza mutuamente vantajosa da troca, produção e consumo regidos pelo autointeresse. (SEN, 1999, p. 51).

Segundo Sen (1999), para atingir o ponto de otimalidade social global são necessários mecanismos mistos que não são abordados pelo teorema fundamental do bem-estar. Além disso, “a ideia de que a otimalidade social global precisa *inter alia* requerer a otimalidade de Pareto, baseia-se na concepção de que se uma mudança é vantajosa e proveitosa para cada pessoa tem que ser uma mudança proveitosa para a sociedade” (SEN, 1999, p. 54, grifo do autor.) O princípio do *laissez-faire*, no início do século XIX, difunde a ideia de que o bem comum repousa no natural esforço de cada indivíduo para melhorar sua condição, resolvendo as dificuldades filosóficas, pelo menos para o homem prático, pois une o máximo individual ao benefício de um número maior de pessoas (KEYNES, 1978). Duas confirmações empíricas dão força para este princípio do *laissez-faire* se difundir e se manter até hoje como base dos estudos econômicos.

Primeira confirmação empírica, apresentada por Keynes (1978) em seu artigo<sup>27</sup> de 1926, é da incompetência dos governos do século XVIII, elevados casos de corrupção e inépcia dos administradores públicos contribuem para levar o homem prático ao *laissez-faire*. E, segunda evidência empírica, o progresso material entre 1750 a 1850 emergiu dessa iniciativa individual do homem prático. A experiência prática reforça os raciocínios *a priori* de que uma mudança vantajosa proveitosa para cada pessoa torna-se uma mudança proveitosa para a sociedade (KEYNES, 1978). Para Sen (1999), a motivação baseada no autointeresse, no qual a condição de agente da pessoa tem de ser inteiramente voltada para seu próprio bem-estar e, conseqüentemente, gera melhor bem-estar global na sociedade não abrange a “dualidade” que existe na concepção de uma pessoa no cálculo ético:

Podemos ver a pessoa em termos de sua condição de agente [*agency*], reconhecendo e respeitando sua capacidade para estabelecer objetivos, comprometer-se [*commitments*], valores etc., e também podemos ver essa pessoa em termos de bem-estar [*well-being*], o que igualmente requer atenção. Essa dicotomia perde-se em um modelo que a motivação é baseada no auto-interesse. (SEN, 1999, p. 57)

Sen (1999) remove a concepção única do autointeresse e torna possível perceber a condição de agente de uma pessoa que pode orientar-se para considerações não totalmente abrangidas pelo seu próprio bem-estar. Não existe aqui uma necessidade de a condição de

---

<sup>27</sup> KEYNES, J. M. O fim do Laissez-Faire. In.: KEYNES, J. M. John Maynard Keynes: economia. (Textos Seleccionados). Org. Tamás Szmeccsányi. São Paulo: Ática, 1978, pp. 106-126.

agente e o aspecto do bem-estar serem independentes uma da outra, pois a questão principal é a relevância da distinção entre as duas condições para o estudo do bem-estar, assim as duas variáveis podem ser relacionadas, mas não implica que tenham os mesmos valores ou que possa ser obtido o valor de uma a partir da outra, por meio de uma transformação simples (SEN, 1999), indo além:

A inadequação do comportamento autointeressado também pode ser grave em abordagens éticas que dão ênfase a direitos e liberdades. Esse fato pode não ser muito óbvio. Algumas teorias sobre direitos, como por exemplo, a de Nozick (1974), defendem o direito de uma pessoa empenhar-se por qualquer coisa que lhe aprouver desde que com isso não viole as restrições deontológicas que a impedem de interferir nas atividades legítimas de outra pessoa. [...] Contudo, é preciso reconhecer que a *existência* desses direitos não indica que seria eticamente apropriado *exercê-los* por meio do comportamento autointeressado. (SEN, 1999, p. 72, grifo do autor.)

Para Sen (1999), o aspecto do bem-estar e a condição de agente são conceitos ativos, pois abrangem vários funcionamentos, vale salientar que a distinção não informa que a condição de agente de uma pessoa será independente de seu próprio bem-estar.

Relembrando, o ótimo de Pareto tem sua condição satisfeita quando qualquer reorganização que aumentar o valor de uma variável de um agente irá necessariamente reduzir a de outro. Essa condição é satisfeita para hipóteses prévias de condição de equilíbrio, mercados de concorrência perfeita e preços dados (FERGUSON, 1990). Segundo Sen (1999), é intuitivo esperar que não possa obter-se uma modificação de uma variável sem que haja alguma respectiva variação na outra, esse ponto diverge na abordagem utilitarista da abordagem das capacidades de Amartya Sen, em que a primeira não faz a distinção entre aspectos do bem-estar e o aspecto da condição de agente. “A visão utilitarista da pessoa é prejudicada por não distinguir entre aspectos diferentes e por tentar fundamentar a avaliação normativa somente no aspecto do bem-estar” (SEN, 1999, p. 75).

O distanciamento da ética no estudo econômico não afeta apenas a economia do bem-estar, ela também debilita a economia preditiva (engenharia), enfraquecendo seus alicerces nas hipóteses de comportamento humano e eficiência (SEN, 1999). Ao considerar questões éticas no estudo econômico, observa-se três pontos fundamentais, são apresentados por Sen (1999): necessário distinguir aspectos do bem-estar e os da condição de agente de uma pessoa; a condição utilitarista do bem-estar sistematicamente tendenciosa e com limitações nas diferentes interpretações de utilidade; e por último:

A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização, mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado. Se, por exemplo, todas as alternativas além da verdadeira escolhida fossem eliminadas, isso não afetaria a realização (uma vez que a alternativa escolhida ainda pode ser escolhida), mas a pessoa claramente tem menos liberdade, e isso pode ser considerado uma perda de certa importância. (SEN, 1999, p.76).

O quadro abaixo mostra um resumo das principais diferenças entre a abordagem tradicional e a abordagem de Amartya Sen:

Quadro 2 – Comparação das visões seniana e tradicional

	Teoria econômica do bem-estar Tradicional	Abordagem de Amartya Sen
Condições prévias	Equilíbrio (Concorrência perfeita, mercado competitivo, ausência de externalidades, distribuição inicial das dotações, preços dados, entre outros.)	Mecanismos misto de análise (seleção e ponderação necessárias para realizar uma lista de funcionamentos relevantes e capacitações importantes)
Modelo	Descritivo homogêneo (renda, riqueza ou bens), neste modelo a ética possui um papel invariável	Inclui multiplicidade de categorias de informações eticamente relevantes
Comportamento humano	Princípio da otimização e maximização do autointeresse (Racionalidade); Egoísmo	Pluralidade de motivações, que inclui egoísmo, simpatia e comportamento guiado por comprometimento
Critério de escolha	Bem-estar baseado na concepção única do autointeresse individual	Distinção entre a condição de agente e a condição de bem-estar
Eficiência	Eficiência no sentido de Pareto (Eficiência econômica)	Aceita comparações interpessoais e condição de agente distinta da condição de bem-estar
Liberdade	Liberdade é o meio para realizar (instrumental)	Liberdade valiosa não apenas instrumentalmente, mas com valor intrínseco
Abordagens	Abordagem da “engenharia”	Abordagem ética combinada com abordagem da “engenharia”

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Este quadro informa de maneira simplificada e resumida algumas das principais modificações e complementaridades que a abordagem ética dos estudos de Amartya Sen traz para a econômica na teoria do bem-estar tradicional. As condições prévias dos modelos da abordagem tradicional apresentam ausência de incerteza, informação completa, distribuição inicial das dotações, preços dados, em um regime de livre concorrência perfeita de um modelo de equilíbrio, sendo essa uma representação formal de organização ideal, descritivo homogêneo (renda, riqueza ou bens), em que a ética possui um papel invariável. Em contraposição, a abordagem seniana apresenta mecanismos mistos de análise (seleção e ponderação necessárias para realizar uma lista de funcionamentos relevantes e capacitações importantes) de um modelo que inclui a multiplicidade de categorias de informações eticamente relevantes.

Além disso, a abordagem tradicional entende o comportamento humano com base no princípio da otimização e maximização do autointeresse (racionalidade), ou seja, baseada no egoísmo dos agentes. Sen não exclui o egoísmo, mas inclui uma pluralidade de motivações do comportamento humano, como a simpatia e o comportamento guiado comprometimento.

O critério de escolha e eficiência na abordagem tradicional derivam do bem-estar baseado na concepção única do autointeresse, por meio da eficiência no sentido de Pareto. Sen distingue a condição de agente e condição de bem-estar, ampliando o conceito de eficiência e escolha, pois aceita comparações interpessoais para análise de distribuição. De forma simplificada por Sen (1999), a abordagem do bem-estar tradicional é derivada de uma abordagem da “engenharia” e a sua inclui multiplicidade de categorias de informações eticamente relevantes, ampliando as variáveis de estudo na economia do bem-estar.

As influências das considerações éticas, descritas anteriormente, em contraste com o estudo do bem-estar tradicional, conforme estudo de Sen (1999), modificam e ampliam a abordagem tradicional do bem-estar, pois rompe com as limitações principais da concepção utilitarista, conforme faz distinção necessária entre os aspectos do bem-estar e os aspectos da condição de agente; a visão de bem-estar não é limitada das interpretações de utilidade (felicidade, satisfação desejos); e a “liberdade de uma pessoa valorizada não meramente porque auxilia a realização mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado.” (SEN, 1999, p. 76).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu como os estudos de Amartya Sen modicam e complementam a abordagem do bem-estar tradicional, aproximando a ética da economia, expande e reorienta o debate em torno das hipóteses do bem-estar econômico. Realizou-se, inicialmente, uma revisão da teoria do bem-estar econômico tradicional e dos conceitos apresentados por Amartya Sen, por fim, foi elaborada uma análise comparativa entre as duas abordagens.

A abordagem utilitarista, ao tratar a condição de bem-estar apenas sobre a ótica da otimalidade de Pareto, sem distinguir a condição de agente do bem-estar (distinção apresentada nos estudos de Amartya Sen), torna o estudo do bem-estar econômico restrito e limitado. Além disso, a vertente tradicional apoia-se em uma sistemática utilitarista fortemente tendenciosa, voltada para motivações de autointeresse, que rejeita o papel da ética (consequentemente, o papel da tomada de decisão por parte dos agentes), ao considerar a maximização do autointeresse como prova única da racionalidade.

Como a abordagem ética dos estudos de Amartya Sen modificam as hipóteses de comportamento humano e eficiência econômica na teoria do bem-estar tradicional, é a pergunta que guiou este trabalho. Para responder a esse problema, foram apresentados três pontos de aproximação da ética e economia da abordagem de Amartya Sen: a distinção entre os aspectos do bem-estar e os aspectos da condição de agente; a visão de bem-estar não é limitada das interpretações de utilidade (felicidade, satisfação e desejos), essa pode ser expandida com a abordagem das capacitações; e a liberdade valiosa não apenas instrumentalmente, mas com valor intrínseco. Esses três pontos aproximam a economia e a ética, contribuem para ampliar as hipóteses de comportamento humano (princípio da otimização e princípio do equilíbrio) e do critério eficiência econômica (no sentido de otimalidade de Pareto), da vertente tradicional.

As contribuições de Amartya Sen desviam das teorias simplificadoras da realidade, pois busca considerar a multiplicidade de categorias eticamente relevantes ao estudo do bem-estar. Se faz necessária a evolução do estudo econômico do bem-estar, visando aos aprimoramentos das hipóteses das teorias precedentes, só assim o estudo científico pode obter soluções realistas e úteis para os indivíduos, como por exemplo, tecer soluções políticas para o combate da pobreza ou na busca do desenvolvimento econômico de um país. Sugestão para novos estudos poderiam ser ampliar o espectro da abordagem ética e analisar se existem

possíveis novas hipóteses relevantes ao estudo do bem-estar. Devido a limitações teóricas, este trabalho não teve pretensão de aprofundar nessa busca de novas hipóteses, apenas de apresentar as abordagens do estudo do bem-estar tradicional, alguns estudos de Amartya Sen e iluminar as divergências e complementaridades desses.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alecsandra Neri de. **Teoria dos Jogos: As origens e os fundamentos da Teoria dos Jogos**. São Paulo, 2006. 8 p. Disponível em: <[http://www.slinestorsantos.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/11/2590/17/arquivos/File/as\\_or\\_igens\\_e\\_os\\_fundamentos\\_da\\_teorias\\_dos\\_jogos.pdf](http://www.slinestorsantos.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/11/2590/17/arquivos/File/as_or_igens_e_os_fundamentos_da_teorias_dos_jogos.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- ALKIRE, Sabina (2002). **Valuing Freedoms. Sen's Capability Approach and Poverty Reduction**. University Press: Oxford.
- AXELROD, R., **The evolution of cooperation**. New York, Academic Press, 1984.
- DENEULIN, Severine and STEWART, Frances (2002). **Amartya Sen's contribution to Development Thinking**. Studies in Comparative International Development 37(2): 61-70.
- ERBER, Fábio S. As condições de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.31-55, mar. 2011
- FERGUSON, C. E. **Microeconomia**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1990. 610 p. (Textos didáticos de economia, 3).
- GASPER, DES and VAN STAVEREN, Irene (2003). **Development as Freedom and What Else?** Feminist Economics 9(2-3): 137-161.
- GIACOMELLI, Giana Silva; MARIN, Solange Regina; FEISTEL, Paulo Ricardo. **Da economia tradicional do bem-estar à Abordagem das Capacitações e a importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano**. Nova econ., Belo Horizonte, v. 27, n.1, p. 89-11, abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512017000100089&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512017000100089&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 jun. 2019.
- JEVONS, William Stanley; MENGER, Carl. **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 397 p. (Os economistas).
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, c1982. 328 p.
- \_\_\_\_\_. **O fim do Laissez-Faire**. In.: KEYNES, J. M. **John Maynard Keynes: economia**. (Textos Seleccionados). Org. Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Ática, 1978, pp. 106-126.
- KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010. 558 p. ISBN 9788588639164.
- LAVE, L. B.; **An empirical approach to the prisoner's dilemma game**. Quarterly Journal

of Economics, v. 76, 1962.

MARIN, Solange Regina; QUINTANA, André Marluzo. A transformação marginal na teoria do valor dos primeiros neoclássicos. **Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 10, n. 19, p.114-133, jun. 2006. Semestral.

MILLER, Roger Leroy. **Microeconomia: teoria, questões & aplicações**. São Paulo: Makron Books do Brasil, c1981. xiii, 507 p.

MUELLER, Charles C. A Teoria dos Bens Públicos e a Economia do Bem-Estar. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.95-112, 01 abr. 1972. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143220/137962>. Acesso em: 01 jun. 2019.

NEUBERGER, Daniele; MARIN, Solange Regina. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN AOS CONCEITOS DE EFICIÊNCIA E EQUIDADE. **A Economia em Revista**, v. 22, n. 2, p.165-173, jun. 2014. Disponível em: [http://eduem.uem.br/laboratorio/ojs/index.php/EconRev/article/view/24423/pdf\\_6](http://eduem.uem.br/laboratorio/ojs/index.php/EconRev/article/view/24423/pdf_6)>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PARETO, Vilfredo. **Manual de economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 371 p. (Os economistas).

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013. xxiii, 742 p. ISBN 9788543000282.

RAPOPORT, A.; CHAMMAH, A. L., **Prisione's dilemma: a study in conflict and cooperation**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1965.

SCHUMPETER, Joseph. A instabilidade do capitalismo. In: **CLÁSSICOS de literatura econômica: Textos selecionados de macroeconomia**. Textos selecionados de macroeconomia. Brasília: Ipea, 2010. p. 9-38.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 461 p. ISBN 9788535916461.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.

\_\_\_\_\_. Freedom of choice: Concept and content. **European Economic Review**, v. 32, n. 2-3, p.269-294, mar. 1988. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0014292188901730>. Acesso em: 01 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Rational Fool: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy & Public Affairs**, v. 6, n. 4, p.317-344, Summer. 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2264946>. Acesso em: 14 junho. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143p ISBN 8571649219 (broch.).

\_\_\_\_\_. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984. **The Journal Of Philosophy**, v. 82, n. 4, p.169-221, abr. 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2026184>. Acesso em: 03 mai. 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 313 p.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. xxvi, 807p. ISBN 9788535216707.

WALRAS, Leon. **Compendio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 352 p. (Os economistas).

## ANEXO A – GLOSSÁRIO

### A

**ABORDAGEM ÉTICA** – Inclui no estudo econômico a variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento dos agentes econômicos. (SEN, 1999).

**ABORDAGEM DA “ENGENHARIA”** – Para Sen (1999), a abordagem da “engenharia” caracteriza-se por ocupar-se de questões primordialmente logísticas, com objetivo principal de encontrar meios apropriados para atingir fins que são dados diretamente, fins tipicamente simples e facilmente caracterizáveis.

### B

**BEM-ESTAR AUTOCENTRADO** - Foco apenas no próprio consumo, sem simpatia ou antipatia por outros. Sen (1999), salienta que o aspecto do bem-estar e condição de agente, na abordagem utilitarista tradicional, são tidos como uma mesma condição, assim, a base moral fica extremamente restritiva. Restrita à otimalidade de Pareto; esse é o único critério da vertente tradicional de julgamento e o comportamento autointeressado é a única possibilidade da escolha econômica.

### C

**CAPACIDADES** – A abordagem das capacitações utiliza a concepção teórica de conjunto capacitário e avança para diversos níveis de sofisticação (SEN, 2001). “O ideal é que a abordagem da capacidade considere toda a extensão da liberdade para escolher entre diferentes pacotes de funcionamentos” (SEN, 2001, p. 94, grifo do autor).

**COMPORTAMENTO AUTOINTERESSADO** – Possui três características: bem-estar autoconcentrado; maximização; e escolha orientada para próprio objetivo (SEN, 1999).

**CONDIÇÃO DE AGENTE** – “Refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar.” (SEN, 2001, p.103)

### E

**ESCOLHA ORIENTADA PARA PRÓPRIO OBJETIVO** - O ato de escolha de uma pessoa é orientado pela busca de seu próprio interesse (SEN, 1999).

**F**

MAXIMIZAÇÃO – Objetivos limitados ao próprio bem-estar e mais é preferível a menos. (SEN, 1999)

**F**

FUNIONAMENTOS - São formados pelo ‘estado’ de uma pessoa e para examinar o bem-estar, esse deve assumir uma forma que considere os elementos relevantes. A noção de funcionamentos se relaciona intimamente com à noção de capacidade para realizar os funcionamentos [*capability to function*]. (SEN, 2001)

**L**

LIBERDADE DA CONDIÇÃO DE AGENTE - Remete à liberdade de o indivíduo fazer acontecer as realizações que valoriza ao tentar produzir por seus próprios esforços.

LIBERDADE DE BEM-ESTAR - Remete ao conjunto capacitário de uma pessoa, ou seja, conjunto mais amplo de liberdades, Sen (2001).

LIBERDADE INSTRUMENTAL – Abordagens tradicionais da avaliação individual e social são baseadas em variáveis como bens primários ou ainda na renda real, são esses instrumentos para realizar o bem-estar entre outros objetivos e podem ser entendidas como meios para atingir a liberdade (SEN, 1988).

LIBERDADE VALOR INTRÍNSECO– Conforme Sen (1999), uma pessoa realmente desfruta para realizar o que de fato pode fazer ou ser, sendo possuidora de valor intrínseco (se a liberdade é vista como importante em si mesma).

**U**

UTILITARISMO CLÁSSICO – “Utilitarismo clássico visa maximizar a soma da utilidade, independente da distribuição e, para isso, a utilidade marginal de todos os indivíduos deve ser igualada” (NEUBERGER, 2014, p. 170)